

Orcamento da União ultrapassa um trilhão

O presidente Sarney encaminhou ontem projeto de lei ao Congresso reestimando a receita tributária da União para o corrente ano em um trilhão e 80 bilhões de cruzados, representando um acrecimo do 523,4 bilhões de cruzados sobre a estimativa fixada na atual lei orçamentária, de 556,6 bilhões de cruzados.

Na justificativa da matéria, o presidente assinala que a enorme diferença — quase o dobro da receita inicialmente prevista — se deve ao fato de que a lei orçamentária, votada pelo Congresso em dezembro do ano passado, previa para este ano uma inflação zero e um crescimento de sete por cento do PIB. Com o fracasso do Plano Cruzado, a realidade é outra: a inflação nos primeiros quatro meses do ano superou os 70%, podendo alcançar facilmente os 350% no período e o PIB deverá crescer 3,5% ou seja, a metade do previsto.

Dos 523,4 bilhões de cruzados do excesso de arrecadação previsto, o presidente pede autorização do Congresso para programar 380,4 bilhões de cruzados, sendo 101 bilhões de cruzados para pessoal e encargos sociais, 103,3 bilhões para financiar a dívida interna e externa; 32,7 bilhões para despesas de manutenção e 142,5 bilhões de cruzados para outros custeios de capital.

Dos restantes 143,4 bilhões de cruzados, 91,7 bilhões serão destinados aos Estados e Municípios e mais 51,7 bilhões para atender à programação vinculada ao PIS-Proterra, Finsocial e Salário Educação.

Dos 380,4 bilhões de cruzados programáveis, 26,3 bilhões se destinarão ao reforço das dotações para o ensino; 26,0 bilhões para subsídios ao crédito rural; 10,0 bilhões para subsídios ao trigo; 21,5 bilhões para financiar a política de preços mínimos; 2,3 bilhões para o subsídio à casa própria; dois bilhões de cruzados para o Fundo de Assistência ao Desempregado e mais 600 milhões de cruzados para complementação ao Fundo Municipal de Participação no ICM, devidos ao município do Rio de Janeiro, ainda de acordo com a legislação que disciplinou a fusão.